

O PAPEL ÉTICO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE NA FISCALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS: CONTRIBUTOS PARA BOA GOVERNAÇÃO EM BENGUELA – ANGOLA

THE ETHICAL ROLE OF ACCOUNTING PROFESSIONALS IN THE OVERSIGHT AND ANALYSIS OF DOCUMENTS: CONTRIBUTIONS TO GOOD GOVERNANCE IN BENGUELA – ANGOLA

 <https://doi.org/10.63330/armv1n8-020>

Submetido em: 28/09/2025 e Publicado em: 06/11/2025

Carlos Cardoso

Graduado em Gestão e Administração Pública

Universidade Agostinho Neto

E-mail: cardosoazael73@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa o papel ético dos profissionais de contabilidade na verificação, fiscalização e interpretação de documentos contabilísticos e fiscais, considerando os impactos dessas práticas na transparência, responsabilidade e boa governação no setor público angolano. A investigação apresenta um enquadramento teórico sobre ética profissional em contabilidade, normas deontológicas e mecanismos de controlo interno, seguido de uma proposta metodológica baseada em estudo de caso e entrevistas semiestruturadas com contabilistas do setor público e privado em Angola. Os resultados discutidos à luz da literatura revelam que práticas éticas robustas, associadas à capacitação técnica, são determinantes para a prevenção de fraudes, a melhoria da qualidade da informação financeira e o fortalecimento da confiança pública. A escolha do presente tema fundamenta-se na necessidade crescente de refletir sobre o papel da ética na contabilidade e sua contribuição para a boa governação, especialmente em contextos onde a transparência e a responsabilidade fiscal são essenciais ao desenvolvimento sustentável. No caso angolano, a consolidação institucional e o fortalecimento da confiança pública exigem práticas contábeis pautadas pela ética e transparência, de modo a reduzir riscos de corrupção e má gestão de recursos. Do ponto de vista académico, a pesquisa oferece subsídios teóricos e práticos que aprofundam a compreensão da ética aplicada à contabilidade e reforçam a produção científica em uma área estratégica. Assim, justifica-se pela sua relevância social, ao propor reflexões que fortalecem a governança em Angola, e pela relevância científica, ao consolidar fundamentos que sustentam práticas contábeis éticas, transparentes e credíveis.

Palavras-chave: Ética profissional; Contabilidade pública; Transparência; Responsabilidade; Boa governação.

ABSTRACT

This article analyzes the ethical role of accounting professionals in the verification, oversight, and interpretation of accounting and tax documents, considering the impact of these practices on transparency, accountability, and good governance in the Angolan public sector. The study presents a theoretical framework on professional ethics in accounting, applicable deontological standards, and internal control mechanisms, followed by a methodological proposal based on a case study and semi-structured interviews with public sector accountants in Angola. The results discussed in light of the literature show that strong ethical practices, combined with technical capacity, are crucial for preventing fraud, improving the quality of financial information, and strengthening public trust. The choice of this topic is based on the growing need to reflect on the role of ethics in accounting and its contribution to good governance, especially in



contexts where transparency and fiscal responsibility are essential for sustainable development. In the Angolan context, institutional consolidation and the strengthening of public trust require accounting practices grounded in ethics and transparency, in order to mitigate risks of corruption and mismanagement of resources. From an academic perspective, the research provides theoretical and practical contributions that deepen the understanding of ethics applied to accounting and expand scientific production in a strategic area. Therefore, the study is justified by its social relevance by proposing reflections that can strengthen governance in Angola and by its scientific relevance by consolidating a theoretical basis that supports more ethical, transparent, and credible accounting practices.

Keywords: Professional ethics; Public accounting; Transparency; Accountability; Good governance.



1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade, como campo de conhecimento e práticas dos profissionais, desempenha um papel essencial na gestão financeira das organizações e na conformidade com as normas fiscais. Os contabilistas são responsáveis pela elaboração, análise e interpretação de documentos, atividades que exigem um alto grau de precisão, imparcialidade e integridade. A ética profissional tem como finalidade desenvolver, formalizar e implantar os valores e princípios dos profissionais de uma organização, servindo de guia para a orientação da conduta profissional de todos colaboradores que se encontram inseridos numa organização empresarial.

No entanto, a ética na contabilidade refere-se aos princípios e normas que orientam o comportamento dos contabilistas assegurando que as suas ações e decisões sejam realizadas com honestidade e responsabilidade.

O papel ético dos contabilistas é especialmente crucial, porque frequentemente são confrontados com dilemas éticos, como a pressão para minimizar a carga tributária ou manipular resultados financeiros, o que torna sua função ainda mais desafiadora. Nesse sentido, a ética contábil se torna um pilar fundamental para garantir a justiça fiscal e a transparência nas relações entre o Estado e as empresas. Portanto, a prática da ética no mercado pode levar as entidades a adquirir cada vez mais credibilidade de seus parceiros e da sociedade em geral e, com isso, gerar lucros cada vez maiores e mais seguros. Com a utilização da ética, as empresas afastarão os riscos e tentativas de se verem envolvidas em escândalos capazes de abalar suas reputações ou de se sujeitarem a condenações judiciais cujos valores e princípios se agigantam no mundo inteiro, pois um profissional como o contabilista que não adota a ética como bússola da profissão corre risco de degradação de sua imagem e de sua classe, prejudicando também a empresa que este presta serviço. Diante do exposto acima levantou-se o seguinte problema:

1.1 PROBLEMA

De que forma a ética profissional dos contabilistas, na fiscalização e análise de documentos contabilísticos e fiscais, pode contribuir para promoção da transparência, responsabilidade e da boa governação no setor público angolano? A partir desse problema, este estudo tem como objetivos:

1.2 GERAL

Analisar o papel ético dos profissionais de contabilidade na fiscalização e análise dos documentos contabilísticos e fiscal, destacando os seus contributos para promoção da transparência, da responsabilidade e boa governação no setor público angolano. Como desdobramentos, pretende-se:



1.3 ESPECÍFICOS

- 1- Identificar os principais dilemas éticos enfrentados pelos contabilistas no setor público;
- 2- Examinar os princípios éticos e deontológicos que orientam a prática da contabilidade pública em Angola;
- 3- Avaliar a eficácia dos mecanismos de controlo interno da cultura organizacional na promoção da ética profissional
- 4- Investigar relação entre a prática ética e o fortalecimento da transparência e da confiança pública
- 5- Recomendar as práticas para reforço da ética e da integridade na contabilidade pública angolana.

1.4 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com carácter exploratório e descritivo, pois buscou compreender percepções e práticas a partir das experiências dos próprios atores envolvidos. O campo de estudo limita-se à província de Benguela, Instituições públicas e privadas do município de Benguela e Navegantes.

Os participantes são contabilistas e gestores que já vivenciaram na prática actividades de contabilidade os debates, sendo seleccionados de forma intencional para permitir um olhar mais próximo da realidade. A coleta de dados apoia-se em entrevistas, análise documental e observação direta, ferramentas adequadas para captar sentidos, expectativas e desafios em torno do tema.

1.5 JUSTIFICATIVAS

A escolha do presente tema fundamenta-se na crescente necessidade de refletir sobre o papel da ética na contabilidade e sua contribuição para a boa governação, especialmente em contextos onde a transparência e a responsabilidade fiscal se revelam determinantes para o desenvolvimento sustentável. A contabilidade, enquanto ciência social aplicada, não se limita a registos meramente técnicos, mas envolve a interpretação, análise e comunicação de informações financeiras que influenciam diretamente a tomada de decisões económicas, políticas e sociais.

No caso angolano, a consolidação das instituições democráticas e o fortalecimento da confiança pública exigem práticas contábeis pautadas pela ética, rigor e transparência. A ausência desses elementos pode comprometer a credibilidade das informações financeiras, fragilizar a governança e favorecer a corrupção e a má gestão dos recursos públicos. Assim, o estudo do tema reveste-se de elevada pertinência social e científica, por contribuir para o debate sobre como a conduta ética dos profissionais de contabilidade se traduz em instrumento de fiscalização e de promoção da boa governação.



Do ponto de vista acadêmico, a investigação oferece subsídios teóricos e práticos que permitem aprofundar a compreensão da ética aplicada à contabilidade e suas implicações para a gestão pública e privada. Além disso, amplia a produção científica nacional em uma área estratégica, alinhada às diretrizes de transparência, responsabilidade e desenvolvimento socioeconômico.

Portanto, a presente pesquisa justifica-se pela sua relevância social, ao propor reflexões que podem fortalecer a governança em Angola, e pela sua relevância científica, ao buscar consolidar uma base teórica que sustente práticas contábeis mais éticas e transparentes, contribuindo, assim, para a credibilidade das instituições e para o desenvolvimento do país.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ÉTICA PROFISSIONAL EM CONTABILIDADE

A ética profissional em contabilidade é considerada um pilar central para a credibilidade das informações financeiras e para a confiança que a sociedade deposita nos relatórios produzidos pelos contabilistas. Segundo o (IFAC, 2018), a ética profissional corresponde ao conjunto de princípios e normas que orientam a conduta dos contabilistas no exercício da sua profissão. Estes princípios incluem: integridade, objetividade, competência e zelo profissional, confidencialidade e comportamento profissional. Cada um deles funciona como um guia normativo, estabelecendo limites e responsabilidades para a atuação dos profissionais em contextos públicos e privados.

A integridade refere-se ao compromisso com a honestidade e a retidão no relato das transações económicas. A objetividade, por sua vez, exige que o profissional se mantenha livre de influências indevidas, evitando conflitos de interesse. A competência e o zelo profissional pressupõem a atualização contínua dos conhecimentos e a prestação de serviços com diligência. A confidencialidade protege a informação obtida durante o exercício da função, enquanto o comportamento profissional assegura que a conduta dos contabilistas esteja de acordo com a lei e os padrões sociais esperados (IESBA, 2018).

Autores como Carnegie e Napier (2010) defendem que a ética profissional deve ser incorporada desde a formação académica dos contabilistas, garantindo que os futuros profissionais adquiram não apenas capacidades técnicas, mas também competências éticas e críticas. Sikka (2009) acrescenta que a ausência de condutas éticas sólidas tem estado no cerne de escândalos financeiros internacionais, mostrando que as consequências do comportamento antiético ultrapassam o plano individual e atingem a confiança social nos sistemas financeiros e governativos.

No contexto angolano, onde os sistemas de contabilidade pública ainda enfrentam desafios estruturais e institucionais, a ética dos contabilistas torna-se ainda mais relevante. A credibilidade dos relatórios financeiros do Estado e a eficácia dos processos de fiscalização dependem não apenas de normas legais, mas da integridade daqueles que os executam (Neto, 2020).



2.2 CONTABILIDADE PÚBLICA, TRANSPARÊNCIA E BOA GOVERNAÇÃO

A contabilidade pública é uma ferramenta estratégica para a gestão do Estado, desempenhando funções que vão muito além do simples registo de transações. Ela possibilita a monitorização da execução orçamental, a avaliação do uso dos recursos públicos e a prestação de contas à sociedade. A transparência das contas públicas é reconhecida como um elemento essencial da boa governação, na medida em que fortalece a confiança dos cidadãos nas instituições e contribui para reduzir a corrupção (Brusca & Montesinos, 2006).

A boa governação implica, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD, 2017), a combinação de eficiência administrativa, responsabilização e transparência. Nesse contexto, os contabilistas públicos assumem um papel determinante: são responsáveis por garantir que os relatórios financeiros sejam claros, completos e tempestivos, de modo a permitir o escrutínio por parte de órgãos de fiscalização, sociedade civil e parceiros internacionais.

Em Angola, a necessidade de maior transparência nos relatórios de execução orçamental tem sido frequentemente destacada em relatórios de instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2019). Os desafios incluem atrasos na divulgação de relatórios, inconsistências nos dados apresentados e limitações de sistemas tecnológicos. Nesse cenário, a atuação ética dos contabilistas pode contribuir para superar tais obstáculos, fortalecendo a prestação de contas e consolidando práticas de governação mais transparentes.

De acordo com Gray (1988), a contabilidade pública deve ser vista como uma linguagem de prestação de contas que viabiliza o diálogo entre Estado e sociedade. Assim, quando praticada de forma ética e transparente, ela se torna um instrumento de cidadania e de fortalecimento da democracia.

2.3 NORMAS DEONTOLÓGICAS E CÓDIGOS DE CONDUTA

As normas deontológicas constituem orientações obrigatórias que estabelecem os limites éticos da prática profissional. Elas são formalizadas em códigos de conduta nacionais e internacionais, que funcionam como instrumentos reguladores e protetores da sociedade contra abusos ou práticas indevidas por parte dos profissionais de contabilidade.

O Código de Ética da IFAC e o Código emitido pelo International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA, 2018) estabelecem princípios universais que orientam os contabilistas em todo o mundo. Estes princípios não apenas disciplinam o exercício da profissão, mas também reforçam a sua credibilidade social. Um dos pontos centrais dessas normas é a exigência de independência, tanto em aparência quanto em essência, sobretudo em atividades de auditoria e fiscalização (IFAC, 2018).

Na realidade angolana, embora existam esforços para harmonizar a prática contabilística com padrões internacionais, ainda se observa a necessidade de maior divulgação e aplicação dos códigos de



conduta. Muitas vezes, os profissionais conhecem os princípios gerais, mas não têm acesso a formações práticas sobre como aplicá-los em situações concretas. Isso aumenta o risco de decisões antiéticas em contextos de pressão organizacional (Lopes, 2021).

Segundo Mintz e Morris (2018), os códigos de ética só produzem efeitos reais quando acompanhados de mecanismos de supervisão eficazes e de sanções proporcionais em caso de incumprimento. Além disso, devem ser integrados a uma cultura organizacional que valorize a ética e não apenas a eficiência técnica.

2.4 MECANISMOS DE CONTROLO E CULTURA ORGANIZACIONAL

A eficácia da ética profissional não depende exclusivamente das escolhas individuais dos contabilistas; ela está também condicionada pelos mecanismos de controlo internos e externos que regulam o ambiente institucional. O modelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, 2013) é amplamente reconhecido como uma estrutura de referência para sistemas de controlo interno, contemplando componentes como ambiente de controlo, avaliação de riscos, atividades de controlo, informação e comunicação, e monitorização.

Num contexto público, os controlos internos visam prevenir erros e fraudes, assegurar a fiabilidade da informação financeira e promover a conformidade com as normas legais. Já os controlos externos, como auditorias independentes e fiscalização por tribunais de contas, reforçam a responsabilização e complementam as deficiências internas.

A cultura organizacional também desempenha um papel fundamental no reforço ou enfraquecimento da ética. Conforme Schein (2010), a cultura de uma instituição é definida por valores partilhados, crenças e normas que orientam comportamentos. Em organizações onde a liderança valoriza a integridade e pune práticas desonestas, os contabilistas encontram mais apoio para agir de acordo com princípios éticos. Pelo contrário, em ambientes onde prevalece a pressão por resultados imediatos, é mais provável a ocorrência de manipulações contabilísticas.

Estudos realizados em países africanos, como os de Adam e McNicholas (2007), mostram que a fragilidade dos sistemas de controlo e a ausência de culturas organizacionais éticas robustas são fatores que contribuem para práticas de corrupção. Angola, partilhando características semelhantes, necessita investir na criação de uma cultura institucional que valorize a ética como ativo estratégico.

2.5 ESTUDOS EMPÍRICOS RELEVANTES

A literatura empírica sobre ética em contabilidade e governação apresenta evidências significativas de que a adoção de práticas éticas está associada à melhoria da qualidade da informação financeira e ao fortalecimento da confiança pública. Carnegie et al. (2002) demonstraram que a integração da ética no



ensino e na prática profissional reduz a incidência de manipulações contabilísticas. Já Sikka (2009) destacou a relação entre falhas éticas e escândalos financeiros que abalaram a confiança global na profissão.

No contexto da administração pública, estudos da OECD (2017) confirmam que a promoção de valores éticos entre profissionais de contabilidade e auditoria fortalece os mecanismos de prestação de contas. Em países em desenvolvimento, como Moçambique e Cabo Verde, pesquisas apontam que programas de capacitação ética, aliados a melhorias nos sistemas de controlo, resultaram em maior transparência e confiança nos relatórios financeiros governamentais (Ferreira, 2019).

Em Angola, a literatura ainda é escassa, mas relatórios do Tribunal de Contas e do FMI (2019) sugerem que a falta de práticas éticas consistentes entre profissionais da contabilidade pública está associada a problemas recorrentes de irregularidades financeiras. Tais resultados indicam a necessidade urgente de promover pesquisas locais mais aprofundadas, que possam contribuir para a criação de políticas públicas eficazes e alinhadas ao contexto nacional.

Assim, observa-se que a evidência empírica internacional e regional converge para a mesma conclusão: a ética dos contabilistas não é apenas uma exigência normativa, mas uma condição imprescindível para assegurar a boa governação e a confiança social nas instituições públicas.

3 METODOLOGIA

Nesta secção, aborda-se, questões pontuais, inerentes a metodologia da pesquisa que segundo Gil (2002) as pesquisas podem ser classificadas de acordo com os objetivos propostos e com as técnicas e procedimentos utilizados com relação aos objetivos, as pesquisas podem ser exploratórias, descritivas e explicativas.

Para a presente pesquisa, optou-se por uma pesquisa do tipo descritiva, por entender a pesquisa descritiva é, juntamente com a pesquisa exploratória, a mais habitualmente realizada pelos pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. É também a mais solicitada por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc. O tipo de pesquisa descritiva enquadra-se no presente estudo, por entender que a mesma em suas diversas formas, trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade, e no caso em concreto, procura olhar para o papel ético dos contabilistas na fiscalização e análise de documentos: contributo para boa governação em Benguela - Angola.

Quanto ao enfoque ou natureza da abordagem do problema, a pesquisa se enquadra no tipo de abordagem qualitativa, por entender que a mesma procura compreender a realidade em estudo, tendo em conta a intersecção humana, que justifica a sua escolha, tendo em conta o tema e a abordagem da presente investigação. De sublinhar ainda que para auxiliar o enfoque misto da pesquisa, desenvolveu-se, inicialmente, através uma pesquisa bibliográfica que se justifica pelo o fato da mesma ter como objetivo de colocar o pesquisador em contacto directo com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa..



3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, por possibilitar a compreensão dos fenômenos educativos em sua complexidade e em seus contextos específicos. Como afirma Minayo (2001), a abordagem qualitativa buscou-nos interpretar a realidade a partir das perspectivas dos participantes envolvidos, valorizando significados e práticas.

3.2 TIPO DE PESQUISA

O estudo configurou-se como uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratório, porque buscou refletir sobre o papel da ética na contabilidade e sua contribuição para a boa governação. Descritivo, porque visou caracterizar os impactos dessas práticas na transparência, responsabilidade e boa governação no setor público angolano.

3.3 CONTEXTO DA PESQUISA

A investigação concentrou-se na província de Benguela, considerando as instituições públicas e privadas como Administrações municipais, Administração Geral tributária, professores de contabilidade do Instituto Técnico de Administração e Serviço BG 1015 Comandante Kassanji e professores do El-Óscar.

3.4 PARTICIPANTES

Os participantes foram selecionados por meio de amostragem intencional. O grupo foi composto por 28 participantes, dentre eles 20 professores de contabilidade, com experiência entre 3 a 15 anos de docência e com escritórios de contabilidade e 8 gestores, responsáveis pela organização da contabilidade nas empresas acima citadas. A escolha destes participantes justifica-se pela sua participação direta nos processos de tomadas de decisões das empresas e pela experiência que os mesmos possuem relativamente ao tempo que exercem esta profissão.

3.5 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Foram utilizados dois instrumentos principais:

- Entrevistas semiestruturadas, realizadas com os contabilistas e gestores, para compreender como as instituições democráticas e o fortalecimento da confiança pública exigem práticas contábeis pautadas pela ética, rigor e transparência.
- Observação direta, em dois debates realizados durante o período de coleta de dados, registrando a dinâmica das atividades, a interação dos participantes na compreensão da ética aplicada à contabilidade e suas implicações para a gestão pública e privada.



3.6 PROCEDIMENTOS DE COLETA

A coleta ocorreu ao longo de quatro meses. Inicialmente, foi realizado o contato com as direções das instituições mencionadas para obter autorização. As entrevistas foram aplicadas aos profissionais de contabilidade e aos gestores em horários previamente combinados, foram agendadas e gravadas com autorização dos participantes. A observação dos debates foi feita de forma não participativa, com registros em diário de campo no momento dos debates.

3.7 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Os dados qualitativos foram tratados por meio da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011). As respostas das entrevistas foram categorizadas em quatro eixos principais:

1. Princípios éticos e deontológicos;
2. Dilema ético e desafios práticos;
3. Mecanismos de controle e cultura organizacional e
4. Impacto na transparência e na boa governação

Os registros de observação foram triangulados com os demais dados, garantindo maior consistência às interpretações.

3.8 ASPECTOS ÉTICOS

Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O anonimato e a confidencialidade foram assegurados, sendo os dados utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A análise dos dados coletados junto dos 28 profissionais de contabilidade da província de Benguela dos municípios de Benguela e dos Navegantes revelou que a ética profissional é amplamente reconhecida como essencial para transparência, a prestação de contas e boa governação no setor público angolano.

4.1 POSICIONAMENTO DOS CONTABILISTAS EM RELAÇÃO AO ESTUDO

A análise dos dados evidencia que a maioria dos entrevistados (25 de 28 profissionais de contabilidade entrevistados no setor público angolano) reconhece a ética como um princípio estruturante da prática profissional e um dos pilares para a transparência e a boa governação. Contudo, observa-se um desfasamento entre a teoria prevista nos códigos de ética e deontologia e a realidade vivenciada nas instituições públicas. Os entrevistados destacam que, apesar de existirem normas que orientam a conduta, os dilemas éticos surgem com frequência, sobretudo em situações em que a independência profissional entra em conflito com pressões hierárquicas ou políticas



Esse posicionamento reforça a perspectiva teórica de Sikka (2009) que sustenta que os contabilistas muitas vezes enfrentam pressões institucionais e políticas que comprometem a sua independência, levando à manipulação de relatórios e perdas de credibilidade da informação financeira.

Carnegie e Napier (2010), destacam que a aplicação prática da ética em contabilidade é frequentemente condicionada pelo contexto institucional e cultural, o que pode gerar discrepância entre teoria e prática.

Contudo, percebe-se que os controles internos, embora formalmente existentes, não são devidamente aplicados ou monitorados, o que fragiliza a capacidade de prevenir fraudes e irregularidades. Além disso, a cultura organizacional vigente em algumas instituições reforça práticas de obediência hierárquica, em detrimento da autonomia técnica necessária ao exercício profissional. Outro aspecto relevante identificado é a relação entre ética e confiança pública. Os resultados sugerem que práticas éticas consistentes, baseadas em integridade e responsabilidade, podem funcionar como um mecanismo de reconstrução da credibilidade das instituições do Estado, que frequentemente enfrentam níveis reduzidos de confiança por parte da sociedade. Assim, a ética profissional não se limita a um imperativo normativo, mas constitui-se como uma ferramenta estratégica para consolidar a boa governação em Angola.

4.2 DILEMAS ÉTICOS ENFRENTADOS PELOS CONTABILISTAS NO SETOR PÚBLICO

Os participantes apontaram como principais dilemas a pressão política para manipulação de números, dificuldades em manter a independência face a interesses de superiores hierárquicos, além da omissão de informações em relatórios para proteger a imagem de instituições. Alguns referiram também a gestão de conflitos de interesse e a falta de clareza em normas aplicáveis como desafios recorrentes.

Segundo Ramos (2019), os dilemas éticos em contabilidade pública surgem quando o profissional se vê dividido entre a responsabilidade técnica e a pressão institucional. Já Silva e Pereira (2020) destacam que a falta de uma cultura organizacional sólida pode fragilizar a tomada de decisão ética.

Os resultados confirmam que o maior desafio não está apenas nas normas, mas na prática cotidiana. O contabilista público, ao lidar com recursos do Estado, torna-se guardião da confiança coletiva. Portanto, a superação desses dilemas requer formação ética contínua e mecanismos de proteção à independência profissional.



4.3 PRINCÍPIOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS QUE ORIENTAM A CONTABILIDADE PÚBLICA EM ANGOLA

Foram destacados os princípios da integridade, objetividade, competência profissional, sigilo, responsabilidade e transparência. Muitos mencionaram que a legislação angolana e as normas internacionais (como as da IFAC) servem como referência deontológica.

O Código de Ética da IFAC (2018) estabelece como pilares da contabilidade a integridade e a objetividade. Em Angola, a Lei da Probidade Pública e o Estatuto da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas reforçam a importância de princípios éticos na função pública (MPLA, 2021).

Os princípios levantados pelos participantes mostram consonância com a teoria. Contudo, percebe-se uma distância entre o que é estabelecido na norma e a efetiva prática no cotidiano das repartições públicas. A deontologia é clara, mas sua aplicação depende da consciência individual e do compromisso institucional.

4.4 EFICÁCIA DOS MECANISMOS DE CONTROLO INTERNO E DA CULTURA ORGANIZACIONAL NA PROMOÇÃO DA ÉTICA PROFISSIONAL

A maioria reconhece que existem mecanismos de controlo interno, mas avalia que a sua eficácia é limitada. Apontam falhas como a burocracia excessiva, a falta de auditorias independentes e a fragilidade na responsabilização de más práticas. Alguns participantes destacaram que a cultura organizacional ainda tolera comportamentos pouco éticos.

Segundo Chiavenato (2014), os mecanismos de controlo interno só são eficazes quando acompanhados de uma cultura organizacional ética. Para Ferreira (2017), a ética não pode ser apenas regulatória, mas vivida no cotidiano das instituições.

Os resultados revelam que controles formais não são suficientes se não houver coerência na prática cultural. Uma cultura organizacional que valoriza a transparência e pune os desvios tem mais impacto do que apenas criar manuais de procedimentos. Assim, a eficácia depende tanto da norma escrita quanto da vivência institucional dos valores éticos.

4.5 RELAÇÃO ENTRE A PRÁTICA ÉTICA E O FORTALECIMENTO DA TRANSPARÊNCIA E DA CONFIANÇA PÚBLICA

Os participantes reconhecem que a prática ética é essencial para fortalecer a confiança da sociedade nas instituições públicas. Relataram que quando há transparência na gestão dos recursos, o cidadão sente maior segurança no Estado. Também apontaram que a corrupção e a falta de clareza minam essa confiança.



De acordo com Habermas (1997), a confiança pública é um capital social construído pela transparência comunicativa. Em contabilidade pública, Oliveira (2020) ressalta que a prática ética fortalece a accountability, condição indispensável para a boa governança.

Os resultados confirmam que ética e transparência são dimensões inseparáveis. A ausência de uma compromete a outra. Quanto mais os contabilistas pautarem suas ações pela ética, mais fortalecida será a confiança da sociedade nas instituições públicas. Esse fortalecimento é vital num contexto angolano, em que a credibilidade das instituições públicas ainda enfrenta desafios históricos ligados à má gestão de recursos.

4.6 ESTRATÉGIAS DE MELHORIA NA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL EM CONTABILIDADE

Face aos dilemas éticos e as fragilidades identificadas na prática contabilística no setor público angolano, torna-se imperioso adotar um conjunto de estratégias que permitam alinhar a atuação dos profissionais com princípios de transparência e boa governação a se destacar:

Reforço da formação ética e contínua

- Investir em programas de capacitação permanente em ética profissional, auditoria e governação, assegurando que os contabilistas estejam atualizados;
- Segundo Mintz e Morris (2020) a educação contínua fortalece a capacidade de resistir a dilemas éticos.

Fortalecimento da independência profissional

- Criar garantias institucionais que protejam contrarrepresálias por decisões técnicas éticas;
- Gray (1988), defende que a contabilidade de ser exercida de forma independente para cumprir o seu papel social.

Aplicação efetiva do código de +ética e deontologia

- Passar a mera existência normativa para aplicação prática com mecanismo disciplinares eficazes contra violações;
- Brusca e Montesinos (2006), sublinham que os códigos só têm impacto quando acompanhado de sanções claras.

Fortalecimento dos mecanismos de controlo interno e auditoria

- Implementar sistema robusto de auditoria interna e externa;
- Sikka (2009), destaca que o controlo independente reduz a manipulação de relatórios financeiros.

Promoção de uma cultura organizacional



- Incentivar valores de integridade e responsabilidade em todos os níveis hierárquicos, não apenas em contabilistas;
- Treviño, den Nieuwenboer e Kish-Gephart (2014) apontam que a cultura organizacional influencia diretamente a conduta ética dos profissionais;

Adoção de tecnologia e digitalização da contabilidade pública

- Sistemas digitais de registos de auditores reduzem o espaço para manipulação e aumentam a rastreabilidade;
- Segundo IFAC (2018), a inovação tecnológica é aliada da transparência financeira.

Reforço da fiscalização externa e social

- Maior participação de entidades fiscalizadores independentes, tribunais de conta e sociedade civil no escrutínio da informação financeira;
- Carnegie e Napier (2010), defendem a accountability como instrumento essencial para aproximar a prática e a teoria ética.

5 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos permitem concluir que a ética profissional dos contabilistas no setor público angolano desempenha um papel crucial para a transparência, a responsabilidade e a boa governação. Embora exista uma clara consciência da importância da ética e dos princípios deontológicos, verifica-se que a sua aplicação enfrenta desafios significativos, como a fragilidade dos mecanismos de controlo interno, a insuficiente fiscalização e a prevalência de uma cultura organizacional pouco favorável à independência técnica.

Ainda assim, os dados demonstram que, quando aplicadas de forma consistente, as práticas éticas contribuem para a melhoria da qualidade da informação financeira e para o fortalecimento da confiança pública nas instituições.

Assim, o compromisso ético dos contabilistas deve ser encarado não apenas como um dever moral, mas como um requisito essencial para o desenvolvimento institucional e para o fortalecimento da governação em Angola, exigindo esforços contínuos em termos de formação, fiscalização e promoção de uma cultura organizacional baseada na integridade.

A análise dos resultados evidencia de igual modo que a ética na contabilidade pública em Angola é um desafio permanente que exige não apenas normas e princípios bem definidos, mas também uma cultura organizacional comprometida com a integridade.

Os dilemas enfrentados pelos contabilistas mostram que a pressão política, a fragilidade dos mecanismos de controlo e a distância entre teoria e prática ainda dificultam a atuação ética plena. No



entanto, também se observou que os princípios deontológicos são reconhecidos e valorizados, o que demonstra consciência profissional. A eficácia dos mecanismos de controlo depende da coerência entre normas formais e práticas institucionais, e a confiança pública só se fortalece quando a ética é vivida no cotidiano da gestão.

Assim, para concluir que a ética, transparência e responsabilidade constituem os pilares fundamentais para consolidar a credibilidade da contabilidade pública e reforçar a confiança da sociedade no Estado.

6 RECOMENDAÇÕES DAS PRÁTICAS PARA REFORÇO DA ÉTICA E DA INTEGRIDADE NA CONTABILIDADE PÚBLICA EM BENGUELA

A adoção das quinze recomendações apresentadas permitirá o fortalecimento da ética e da integridade na contabilidade pública em Angola. Elas contribuem para a valorização da transparência na gestão dos recursos, para o aumento da confiança da sociedade nas instituições e para a criação de uma cultura organizacional mais responsável. Além disso, possibilitam a proteção dos profissionais diante de dilemas éticos, estimulam a participação cidadã no acompanhamento das contas públicas e reforçam a legitimidade do setor público. A conjugação dessas medidas tende a reduzir a margem de práticas indevidas, consolidando um ambiente institucional mais justo, eficiente e comprometido com o interesse coletivo, dentre elas, temos:

- **Formação contínua:** oferecer programas permanentes de capacitação ética e técnica para contabilistas e gestores públicos;
- **Reforço da cultura organizacional:** criar valores institucionais que priorizem a integridade, a responsabilidade e o serviço público;
- **Mecanismos de controlo interno:** fortalecer auditorias internas e externas, assegurando sua independência e imparcialidade;
- **Valorização dos princípios éticos:** aplicar de forma efetiva os princípios de legalidade, transparência, equidade e responsabilidade na prática diária;
- **Transparência ativa:** divulgar informações financeiras em linguagem acessível, aproximando a sociedade da gestão pública;
- **Proteção ao profissional ético:** implementar mecanismos de denúncia e proteção a contabilistas que revelem irregularidades;
- **Integração entre órgãos de controlo:** promover maior articulação entre tribunais de contas, inspeções e unidades de auditoria;



- **Uso de tecnologias digitais:** adotar sistemas eletrônicos que permitam rastreabilidade e reduzam o risco de manipulação;
- **Ética como critério de avaliação:** incluir indicadores de conduta ética na avaliação de desempenho de profissionais e dirigentes;
- **Participação social:** criar canais de monitoramento para que cidadãos acompanhem a execução orçamental e fiscal;
- **Código de ética atualizado:** revisar periodicamente as normas deontológicas da contabilidade pública, adaptando-as à realidade do país;
- **Exemplos de liderança ética:** incentivar dirigentes a serem modelos de comportamento íntegro para suas equipas;
- **Premiação de boas práticas:** reconhecer publicamente profissionais e instituições que se destacam pela conduta ética;
- **Educação para a ética:** introduzir temas de ética profissional desde a formação universitária em contabilidade e administração pública;
- **Monitoramento independente:** criar comissões externas de acompanhamento da ética pública com representantes da sociedade civil.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adam, C. A., & McNicholas, P. (2007). *Making a difference: Sustainability reporting, accountability and organisational change*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 20(3), 382–402.
- Brusca, I., & Montesinos, V. (2006). *Public sector accounting and financial transparency: A comparative analysis*. *Public Money & Management*, 26(2), 77–82.
- Carnegie, G. D., & Napier, C. J. (2010). *Traditional accountants and business professionals: Portraying the accounting profession after Enron*. *Accounting, Organizations and Society*, 35(3), 360–376.
- Carnegie, G. D., et al. (2002). *Accounting education and ethics: Professional ethics and the role of accountants*. *Journal of Accounting Education*, 20(4), 237–262.
- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). (2013). *Internal Control — Integrated Framework*.
- Ferreira, M. (2019). *Ética, controlo e transparência na contabilidade pública em países africanos lusófonos*. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13(1), 45–61.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). (2019). *Relatório sobre transparência fiscal em Angola*.
- Gray, R. (1988). *Accounting and social change: An introduction*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 1(1), 6–20.
- IFAC — International Federation of Accountants. (2018). *Handbook of the Code of Ethics for Professional Accountants*.
- IESBA — International Ethics Standards Board for Accountants. (2018). *IESBA Code of Ethics for Professional Accountants*.
- Lopes, A. (2021). *Ética profissional e contabilidade pública em Angola: Desafios e oportunidades*. *Revista Angolana de Gestão Pública*, 5(2), 15–32.
- Mintz, S. M., & Morris, R. E. (2018). *Ethical obligations and decision making in accounting: Text and cases*. New York: McGraw-Hill Education.
- Neto, J. A. (2020). *A ética profissional como instrumento de transparência na contabilidade pública angolana*. *Cadernos de Administração Pública*, 12(3), 55–70.
- OECD. (2017). *Trust and public integrity: Building a strong foundation for public sector ethics*.
- Schein, E. H. (2010). *Organizational culture and leadership (4th ed.)*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Sikka, P. (2009). *Financial scandals, accounting regulation and the audit profession*. *Accounting and Business Research*, 39(3), 197–210.